

# DOIS MODELOS DE INTERVENÇÃO PATRIMONIAL EM CENTROS HISTÓRICOS: CIDADE-ARQUIVO E CIDADE- ARQUIVO-VIVO

João Victor Camara

Mestrando em História e Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[Jvcamara92@gmail.com](mailto:Jvcamara92@gmail.com)

Alice Duarte

Antropóloga e Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

[aliceduarte@hotmail.com](mailto:aliceduarte@hotmail.com)



# Dois Modelos de Intervenção Patrimonial em Centros Históricos: Cidade-Arquivo e Cidade-Arquivo-Vivo

João Victor Camara

Alice Duarte

## Historial do artigo:

Recebido a 24 de setembro de 2018

Revisto a 19 de novembro de 2018

Aceite a 07 de dezembro de 2018

## RESUMO

A elaboração e implementação de políticas públicas para intervir nos centros históricos suscitam debates em diversas áreas científicas, tendo o campo dos Estudos do Património um papel de destaque nesse contexto de discussão multidisciplinar. Situando-se nesse debate, o presente artigo propõe um novo par de noções para discutir de modo crítico as práticas de intervenção patrimonial nos centros históricos: o modelo da cidade-arquivo e o modelo da cidade-arquivo-vivo. O par de noções é construído partindo dos subsídios teóricos apresentados pela antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett no seu estudo a respeito do carácter meta-cultural do património e, em simultâneo, corrobora o entendimento (de fundo antropológico) do património cultural enquanto entidade com dimensões tangíveis e intangíveis que são indissociáveis. No final do texto, procura-se demonstrar a aplicabilidade dos dois modelos de intervenção patrimonial propostos a partir da consideração de um estudo de caso: o centro histórico de Salvador (Bahia), no Brasil.

**Palavras-chave:** Património Cultural; Centros Históricos; Modelos de Intervenção Patrimonial; Cidade-arquivo *versus* Cidade-arquivo-vivo.

## ABSTRACT

The elaboration and implementation of public policies to intervene in historical centers arouses debates in several scientific areas, and the field of Heritage Studies plays a prominent role in this context of multidisciplinary discussion. Situated in this debate, the present article proposes a new pair of concepts to discuss critically the practices of patrimonial intervention in historical centers: the archive city model and the living-archive city model. The pair of notions is constructed from the theoretical contributions presented by the anthropologist Barbara Kirshenblatt-Gimblett in her study on the meta-cultural character of the heritage and, at the same time, corroborates the understanding (with anthropological background) of the cultural heritage as an entity with tangible and intangible dimensions that are inseparable. At the end of

the text, it is tried to demonstrate the applicability of the two patrimonial intervention models proposed from the consideration of a case study: the historical center of Salvador (Bahia), Brazil.

**Key-words:** Cultural Heritage; Historic Center; Models of Patrimonial Intervention; archive city versus living-archive city.

## 1. Introdução

O entendimento do que é o património foi-se transformando ao longo do tempo, passando por um processo de alargamento do seu significado que se intensificou especialmente na segunda metade do século XX e se prolonga ainda. Assim sendo, entende-se que a noção de património deve ser contextualizada historicamente e compreendida enquanto resultado de debates que envolvem as comunidades académica, política e civil, e em que participam diversos atores através de organizações nacionais, transnacionais e internacionais. Nesta perspetiva, J. Torrico (2002: 22) sublinha que a consideração de um elemento como bem patrimonial é sempre o resultado de uma construção social, historicamente determinada e passível de revisão. Com efeito, o sentido do que é o património pode variar no tempo e no espaço.

Por outro lado, a temática do património caracteriza-se pela interdisciplinaridade, reunindo contributos da Sociologia, História, Antropologia, Arqueologia e outras humanidades. O debate entre os cientistas destas áreas contribuiu para a transformação do significado do património, inicialmente restringido às construções físicas e bens materiais monumentais. Neste artigo entende-se que a compreensão do processo de transformação desse conceito é imprescindível, na medida em que as ações do poder público são sempre apoiadas em narrativas (múltiplas e discordantes) do património, com diferentes objetivos e intencionalidades. Desta maneira, a intervenção nos centros históricos com a prerrogativa de preservação e revitalização é sempre uma ação social, cultural e politicamente orientada.

Partindo deste posicionamento, o objetivo do artigo é propor um novo par de noções para discutir de modo crítico as práticas de intervenção patrimonial nos centros históricos: o modelo da cidade-arquivo e o modelo da cidade-arquivo-vivo. Para tal, o presente artigo beneficia das contribuições da antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) no estudo a respeito do carácter meta-cultural do património, nomeadamente das metáforas "arquivo-vivo" e "biblioteca".

Na primeira parte desta reflexão apresenta-se uma síntese dos principais avanços em relação ao alargamento da noção de património, destacando as contribuições da Antropologia. Apresentam-se também nessa altura os dois modelos de intervenção patrimonial. Em seguida aborda-se a cidade – especialmente os centros históricos – enquanto campo de disputa entre noções divergentes de património. Por último, recupera-se a análise produzida por S. Zanirato (2004 e 2006) acerca da experiência de intervenção patrimonial no centro histórico de Salvador, na Bahia, para se procurar elucidar a aplicabilidade dos modelos de intervenção patrimonial propostos.

## 2. Do monumental ao imaterial: breve análise do processo de alargamento da noção de património

As primeiras medidas “modernas” de preservação patrimonial surgiram em França, no início do século XIX, coincidindo com a afirmação daquele Estado nacional (no contexto pós-revolucionário) e com os esforços, por parte do poder público, no sentido de estabelecer uma identidade nacional. Neste cenário, foram selecionados conjuntos de bens patrimoniais que tinham a função de legitimar uma narrativa específica acerca da cultura nacional. Este processo foi marcado pela verticalidade e pela ausência de um debate democrático, sendo conduzido pelos grupos sociais que detinham o capital político, económico e cultural. Deste modo, L. Smith (2006: 17) sublinha que o discurso dominante acerca do património (que ela também refere como “discurso patrimonial autorizado”) tem origem no desenvolvimento dos nacionalismos europeus do século XIX e da modernidade liberal. As noções de património vigentes na época privilegiavam a monumentalidade, ancianidade e materialidade dos bens, além do seu valor histórico e artístico.

Pela mesma altura, aliás, essa tendência pode também ser observada na América Latina, onde o surgimento de Estados nacionais independentes se sustentou em narrativas uniformizantes da identidade nacional. Assim, ao longo do século XIX, o passado nacional de países ocidentais e ocidentalizados foi simbolicamente apropriado com o objetivo de constituir e fortalecer as respetivas identidades, pessoal e coletiva (GONÇALVES, 1988: 268). Em locais caracterizados pela pluralidade cultural e desigualdades sociais, esses processos de seleção de bens patrimoniais ocorreram de maneira excludente, negligenciando narrativas histórico-culturais de grupos étnicos e sociais sem acesso aos meios de poder. Assim, S. Zanirato (2009: 139) destaca que os objetos e saberes considerados bens patrimoniais foram aqueles gerados por grupos com maior informação, formação e condições para atribuir qualidade e refinamento a esses bens.

Há dois documentos internacionais que, apesar de já produzidos em pleno século XX, expressam ainda a vigência desse discurso patrimonial autorizado: a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964). A primeira expressa as conclusões de um Encontro Internacional realizado em Atenas sobre a Conservação de Monumentos Históricos e a Arquitetura Moderna (1). Como o próprio título da conferência já evidenciava, a grande preocupação da época era preservar (nomeadamente a partir do restauro) patrimónios monumentais edificados, principalmente aqueles compreendidos como representantes do legado histórico-cultural de determinada nação. A Carta de Veneza, por sua vez, foi o resultado da II Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, organizada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Apesar da sua definição de património histórico incluir a expressão “obras modestas” (1964: 1), o texto deste documento manifesta a persistência das preocupações com questões vinculadas sobretudo ao restauro e preservação dos monumentos materiais (arquitetónicos). Além disso, não produzia nenhuma problematização acerca das noções de testemunho histórico ou significação cultural.

O alargamento do conceito de património realizado na década de 1970 pode ser melhor compreendido a partir de dois processos: a inserção da Antropologia no debate e a reformulação da ciência histórica pela terceira geração da Escola dos *Annales* (também conhecida como “A Nova História”). Enquanto o primeiro contribuiu para a elaboração de uma nova noção de cultura, cujo teor estabelecia um contraponto claro com o modelo então vigente, baseado no culto da civilização ocidental; o segundo permitiu a aproximação da História às outras ciências humanas, uma vez que os representantes deste movimento intelectual refutavam o modelo positivista da História. A este respeito, W. Souza e G. Crippa (2011) também destacam o movimento por parte de países não europeus no sentido de questionarem e sugerirem mudanças nas conceções dominantes acerca do património adotadas pela UNESCO. Segundo

estes autores, torna-se evidente na década de 1970 que os documentos internacionais e listas patrimoniais produzidos até então favoreciam a produção cultural de determinados países, principalmente os europeus.

A Convenção da Unesco para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 1972, simboliza de certa forma o momento inaugural de um movimento de revisão da noção de património. Apesar de, pela primeira vez, se veicular a ideia de um património mundial, apresentando-o como bem comum de toda a humanidade, e de, pela primeira vez, se fazer aparecer como equivalentes o património cultural e o património natural, essa Convenção continua a refletir uma conceção ainda restrita dos bens patrimoniais (DUARTE, 2010: 44). A ênfase continuava colocada nos bens arquitetónicos e monumentais, negligenciando-se qualquer dimensão imaterial, o que fazia com que um enorme conjunto de bens culturais permanecesse não abrangido por esta legislação. Mas o reconhecimento desse caráter restritivo leva à adoção de uma série de medidas subsequentes que buscam, justamente, remediar a falta de abrangência do documento de 1972 (DUARTE, 2010), das quais se destacam: a Recomendação sobre a Proteção da Cultura Tradicional e Popular, adotada pela Conferência Geral da Unesco em 1989, e o Programa para a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, lançado em 1997 e mantido operacional até 2005 com sucessivas proclamações. E o desenvolvimento deste processo devia ainda continuar até 2003, quando a Conferência Geral da UNESCO, em Paris, vota por unanimidade a adoção da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, da qual resulta a afirmação da designação: património cultural imaterial. Segundo a Convenção de 2003:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003: 3).

A partir da revisão da principal legislação internacional produzida é fácil constatar a existência desse movimento de alargamento do conceito de património. Importa, contudo, assinalar que a adoção da Convenção de 2003 também não produz resultados tão abrangentes como os desejáveis. Em primeiro lugar, porque o seu próprio texto comporta algumas contradições (DUARTE, 2010), mas sobretudo, porque nem sempre a sua receção se traduz em um entendimento tão abrangente e/ou socialmente implicado como seria desejável. Um problema central é a adoção de uma visão demasiado compartimentada e dividida entre as dimensões material e imaterial do património. A maior complexificação e democratização da noção de património cultural a que o documento devia conduzir, acaba muitas vezes por se traduzir em categorizações (tangível/intangível) bastante estéreis e, em si, redutoras do que seja um bem patrimonial. Vendo isso como uma dificuldade que deve ser ultrapassada, este artigo corrobora o entendimento (de fundo antropológico) do património cultural enquanto entidade com dimensões tangíveis e intangíveis que são indissociáveis.

### 3. Repensando o tangível e o intangível no campo patrimonial: as contribuições da Antropologia

Nos últimos anos a academia produziu uma extensa bibliografia com abordagens progressivamente mais abrangentes do património cultural, entre as quais se destacam os trabalhos da antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) e da arqueóloga Laurajane Smith (2006). Entende-se que as perspetivas propostas por estas autoras congregam as principais

contribuições da Antropologia no debate que resultou na transformação da noção de património cultural.

O conteúdo mais abrangente da noção de património cultural pode ser atribuído à Antropologia e à sua prática etnográfica, áreas responsáveis por democratizarem o entendimento do património ao reconhecerem, nomeadamente, os valores e significados intangíveis de todos os bens culturais. Assim, passam a valorizar-se as tradições orais, artes do espetáculo, rituais, práticas sociais, conhecimentos, mitologia e “saberes” técnicos (LEAL, 2009: 290). A conceção de património empregue pela UNESCO na Convenção de 2003 reflete a emergência de um novo discurso patrimonial, mais próximo desta abordagem antropológica e etnográfica (DUARTE, 2010). Ao mesmo tempo, essa abordagem antropológica entende as comunidades locais enquanto protagonistas no processo de transmissão e transformação do património e reconhece que a mudança é um elemento intrínseco de qualquer realidade sociocultural. O património cultural deve ser valorizado, não somente pelo seu vínculo com o passado (da nação, de um grupo étnico, de uma comunidade...), mas também pela sua importância no presente para determinada comunidade (TORRICO, 2006: 24).

O conceito de "comunidades praticantes" (SMITH, 2006) é também fundamental para a compreensão da noção de património cultural subscrita neste artigo e para a análise crítica de intervenções patrimoniais em diversos sentidos. Por aproximar-se dos contributos da Antropologia, a abordagem de L. Smith ajuda a pensar os novos paradigmas do património e também a questionar (e superar) a separação entre o tangível e o intangível. L. Smith (2006) argumenta que o património cultural consiste em uma prática social contínua, que envolve ativamente os membros da sua "comunidade praticante", os quais constroem o senso de sua própria identidade a partir do engajamento com o bem cultural. Esta autora valoriza a agência da comunidade, na medida em que reconhece a sua capacidade de transformar e renegociar as suas relações com o bem cultural. Deste modo, entende o património enquanto performance com várias camadas, como a lembrança, a localidade, o pertencimento e a compreensão (2006: 3). Por fim, deve igualmente sublinhar-se que a conceção do património proposto por L. Smith se insere no mesmo processo de questionamento da dicotomia tangível-intangível e da lógica divisionista do património que muitas vezes subsiste na aplicação da Convenção de 2003. Ao compreender o património enquanto uma performance, L. Smith (2006) reconhece as suas expressões materiais e imateriais como indivisíveis.

#### 4. A cidade-arquivo e a cidade-arquivo-vivo: proposta de dois modelos de intervenção patrimonial em centros históricos a partir dos contributos de Barbara Kirshenblatt-Gimblett

As práticas de intervenção patrimonial em centros históricos foram por muito tempo empreendidas no âmbito do discurso patrimonial autorizado, no qual o património cultural tende a ser percebido a partir de um *ethos* predominantemente conservacionista e estático. Com efeito, as políticas públicas em sua maioria objetivavam preservar somente a dimensão material dos edifícios, construções, monumentos e sítios com valor histórico-cultural, negligenciando o seus usos sociais por parte da comunidade. Entretanto, o alargamento da noção de património cultural e a valorização da sua dimensão imaterial contribuíram para a revisão dessas práticas. Nessa perspetiva, o presente artigo apropria-se de duas categorias (agência e arquivo-vivo) propostas pela antropóloga Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004) e os emprega para a elaboração de dois modelos de intervenção patrimonial: cidade-arquivo e cidade-arquivo-vivo.

B. Kirshenblatt-Gimblett (2004: 52) sublinha que a noção mais recente de património cultural questiona a divisão entre as dimensões material e imaterial do património cultural, considerando a sua interdependência. Além disso, essa noção compreende a tradição e a cultura enquanto organismos vivos e reconhece a agência dos seus portadores e transmissores. Em outras palavras, os indivíduos (ou uma comunidade) não são vistos enquanto meros transmissores de uma tradição acabada, mas como agentes capazes de transformar a sua tradição, cultura e o conjunto de patrimónios culturais que as expressam. Essa relação entre a comunidade e os seus bens culturais é sempre permeada por um conjunto de intencionalidades e pela constante negociação ou conflito de interesses. Assim, a categoria “arquivo” é utilizada como metáfora para o armazenamento e transmissão da cultura inalterada, enquanto a expressão “arquivo-vivo” representa a percepção de que a mudança é parte intrínseca da cultura, e que a transformação dos bens culturais é um processo inerente.

Pensando no tratamento de patrimónios culturais localizados em centros históricos, apresentam-se dois modelos de intervenção patrimonial que se relacionam com as categorias apontadas acima e que podem ser utilizados para analisar criticamente experiências congêneres desenvolvidas em diversos lugares.

A intervenção patrimonial de modelo cidade-arquivo privilegia a manutenção e a preservação da dimensão material dos patrimónios culturais, considerando bens culturais somente aqueles que são dotados de valor artístico, histórico e arquitetónico. Este modelo de intervenção tem como objetivo central transmitir o conjunto inalterado de bens culturais materiais (edifícios, construções, monumentos, etc.) para as próximas gerações, apagando (ou reduzindo) os efeitos do tempo. Neste processo de "congelamento" e transmissão do património, a comunidade e os seus indivíduos são percebidos como simples transmissores e contempladores da cultura. Por consequência, as noções de agência e pertencimento são menosprezadas. Assim, o tratamento do património cultural é geralmente protagonizado pelas instituições públicas, num processo que ocorre de maneira vertical e que negligencia a importância do debate com a comunidade. A intervenção de modelo cidade-arquivo produz, em última instância, um profundo afastamento do património cultural da sua comunidade, na medida em que se perpetua somente a sua dimensão material, desconsiderando o facto que o património está agora inserido em outro tempo histórico e sendo utilizado por uma sociedade com valores, costumes, e demandas diferentes.

A intervenção patrimonial de modelo cidade-arquivo-vivo, por sua vez, pode ser entendida enquanto uma abordagem patrimonial antagónica ao tratamento conservacionista, estático e autoritário, característico da intervenção de modelo cidades-arquivo, sendo mais compatível com a percepção de fundo antropológico do património cultural. Entende, portanto, o centro histórico enquanto um sítio cultural que demanda valorização, reconhecimento e principalmente utilização por parte da sua comunidade. Reconhece, assim, o direito dessa em intervir sobre o seu espaço e bens culturais, uma vez que a sua percepção sobre eles é mais importante que a simples manutenção das suas dimensões materiais. Com efeito, este modelo de intervenção está associado às políticas que promovem um diálogo democrático e horizontal entre o poder público, a comunidade académica e a comunidade detentora do património, respeitando as demandas de todas as partes envolvidas. Compreende a cidade como "arquivo", porque ela expressa diversos aspetos culturais da comunidade através do seu património, mas este "arquivo" é entendido como um organismo "vivo", na medida em que a transformação é um processo inerente a qualquer realidade cultural.

Em suma, a intervenção patrimonial de modelo cidade-arquivo-vivo procura aproximar o património cultural da sua comunidade, reconhecendo a necessidade de adaptar o centro histórico e o seu conjunto de bens culturais às demandas da sociedade no tempo presente, ao mesmo tempo que negocia maneiras de preservar e difundir o seu valor histórico e cultural. Por

fim, sublinha-se que este modelo de intervenção vai ao encontro do movimento que compreende as cidades enquanto espaço de vivências, de expressões materiais e simbólicas da identidade local, de práticas e experiências de sociabilidade. (ZANIRATO, 2006: 81).

## 5. O Caso do Centro Histórico de Salvador (Bahia), no Brasil

A partir da delimitação dos dois modelos de intervenção, convém analisar uma experiência concreta de intervenção patrimonial em centro histórico com o objetivo de elucidar a aplicabilidade desses modelos. Para tal, foram selecionados os estudos da historiadora Silvia Helena Zanirato (2004, 2006) a respeito das experiências de intervenção em áreas históricas degradadas no Brasil, particularmente seu tratamento do caso envolvendo o centro histórico de Salvador, na Bahia.

O centro histórico de Salvador, popularmente conhecido como Pelourinho, experienciou uma intensa transformação da sua composição social ao longo dos últimos dois séculos. Ainda no século XIX essa localidade foi ocupada pela elite municipal escravocrata, responsável por erguer os grandes casarões, importantes testemunhos arquitetônicos do período colonial brasileiro. Com a expansão do núcleo urbano de Salvador e a melhoria das condições de transportes e saneamento, parte desta camada social iniciou um processo de migração para novas áreas da cidade, mais isoladas e consideradas mais nobres. Assim, o centro passou a ser ocupado por profissionais liberais e ligados ao pequeno comércio, tendo estes posteriormente também optado por outras áreas da cidade. Este abandono gradual da zona do Pelourinho por parte dos grupos sociais mais abastados e a sua conseqüente desvalorização fizeram com que esta parte da cidade antiga fosse ocupada por trabalhadores de baixa renda.

Os novos moradores do Pelourinho reuniam poucas condições materiais para preservar as construções e edifícios históricos daquela localidade. Além disso, o processo de industrialização de Salvador, ocorrido ao longo do século XX, promoveu o êxodo rural, resultando na chegada de muitos trabalhadores oriundos do interior da Bahia no Largo do Pelourinho. Observou-se, assim, um fenômeno de superlotação dos imóveis, que eram frequentemente subdivididos em cômodos e arrendados por preços muito baratos. Na prática, a superlotação e os recursos escassos daquela população aceleraram o processo de deterioração das condições de higiene e limpeza. Ademais, uma série de alterações na paisagem urbana da cidade contribuíram para o abandono deste espaço pelo poder público, como o deslocamento do aparato administrativo para a Zona Norte da cidade e a criação de redes viárias para ligar a parte alta e baixa da cidade dispensando a passagem pelo Pelourinho. Assim, em meados dos anos de 1980 esta localidade estava abandonada, marginalizada, densamente ocupada e com índices significativos de criminalidade, resultado de décadas de ausência de políticas públicas (ZANIRATO, 2006).

O processo de intervenção patrimonial executado no Pelourinho tem como origem o ano de 1985, quando este local é integrado na Lista da UNESCO enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, aumentando o interesse da sociedade em relação àquela zona histórica. Apesar deste reconhecimento internacional, somente no ano de 1992 foi lançado o programa de recuperação do Pelourinho por parte do Governo da Bahia. A intervenção patrimonial executada no centro histórico de Salvador foi dividida em etapas e caracterizada principalmente pela concentração de poderes por parte do governo, uma vez que este se tornou proprietário de 30% dos imóveis restaurados, assumindo também o direito de uso das edificações particulares por um período que variava entre 5 e 10 anos. Além disso, o poder público assumiu integralmente a gestão daquele espaço através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). Isto tudo fez com que o governo do Estado da Bahia tivesse o poder de definir o

perfil das atividades desejadas, da utilização do solo, e dos moradores considerados adequados para se instalar no centro histórico depois do processo de renovação (ZANIRATO, 2006).

Além do controle quase integral do poder público sobre o processo de revitalização do centro histórico, outra característica marcante do processo da intervenção foi a retirada sistemática dos residentes daquele espaço. Ainda em 1992, na primeira etapa, cerca de 350 famílias tiveram que abandonar as casas onde habitavam, recebendo indenizações que na época variaram entre 5 e 10 salários-mínimos. Em complemento, o governo eliminou, através do IPAC, o uso residencial das edificações restauradas, alegando que a população anterior não era compatível com o desenvolvimento do turismo e com a preservação dos imóveis. Esta avaliação foi justificada pela suposta incapacidade económica e cultural dos antigos moradores. Ao fim da intervenção, 95% dos moradores antigos do Pelourinho haviam sido deslocados para outras áreas da cidade, num movimento de desocupação de famílias que contraria as recomendações internacionais sobre a recuperação e revitalização de centros históricos. Já sem os seus moradores, o Pelourinho foi "inaugurado" em março de 1993, com um conjunto significativo de imóveis restaurados, então prontos para servir os turistas e visitantes do centro de Salvador.

No que diz respeito às obras de melhoria, estas privilegiaram a manutenção e a restauração das fachadas originais do património edificado, sem o compromisso de manter a originalidade das instalações internas. Realizaram-se, assim, as obras de reconstrução funcional necessárias para adaptar antigos edifícios residenciais em imóveis comerciais voltados especialmente para a atividade turística. Ao todo, mais de 200 edificações foram restauradas, transformando a paisagem do Pelourinho. Além da recuperação dos imóveis, foram realizadas obras de infraestrutura, a fim de garantir todos os serviços básicos para a atividade turística esperada na região. O tratamento da população historicamente marginalizada daquela zona, por sua vez, não acompanhou os esforços desprendidos pelas autoridades na renovação das edificações. Verificou-se, assim, a dispersão dos antigos moradores, que passaram a ocupar outras zonas degradadas e abandonadas na periferia de Salvador.

As particularidades da intervenção patrimonial realizada no centro histórico de Salvador tornam-na um exemplo apropriado para analisar a aplicabilidade dos modelos de intervenção cidade-arquivo e cidade-arquivo-vivo. Nesse sentido, sublinha-se que foi aplicada uma abordagem de conservação predominantemente preservacionista, na qual se privilegiou somente a recuperação das edificações com valor histórico, artístico e arquitetónico. Assim, optou-se por conservar a monumentalidade e a materialidade dessas edificações, com o objetivo de facilitar a sua contemplação pelos visitantes da cidade. A intervenção no Pelourinho também se caracterizou pelo protagonismo institucional, nomeadamente através do IPAC, que conduziu as ações de revitalização ignorando a importância do debate junto à comunidade. Esta exclusão inicial foi mais tarde traduzida na expulsão de centenas de famílias daquele espaço.

Todos os aspetos anteriormente mencionados nos confirmam que o centro histórico de Salvador sofreu uma intervenção de modelo cidade-arquivo, na qual toda a agência da comunidade sobre o património cultural é negada e suas demandas desconsideradas. Destaca-se, também, que o esvaziamento cultural e social observado no Pelourinho é o resultado da aplicação de uma perceção datada do património cultural que diferencia e individualiza as suas dimensões material e imaterial. Pelo contrário, uma vez que se percebe as redes de sociabilidade, as práticas cotidianas, os rituais religiosos e as diferentes expressões culturais enquanto dimensões do património cultural do Pelourinho, tem de se concluir que esse património não foi preservado e revitalizado, mas drasticamente abscindido.

A partir da afirmativa anterior, pode-se também pensar o que seria a intervenção do Pelourinho sob a perspectiva do modelo cidade-arquivo-vivo, apontando alguns dos caminhos que poderiam

ter sido seguidos no processo de recuperação daquela área. Sublinha-se, assim, que a implementação desse outro modelo de intervenção deve seguir algumas premissas.

Em primeiro lugar, o estabelecimento de comunicação e diálogo entre o poder público, técnicos do património e sociedade civil, nomeadamente os residentes do centro histórico. Estas conversas entre todos deveriam garantir a paridade na tomada de decisões, encontrar soluções capazes de conciliar os diversos interesses, e assegurar que a comunidade, enquanto parte diretamente atingida pelas transformações no local, tivesse as suas demandas atendidas. Para tal, o Estado deve ser entendido como um instrumento necessário para viabilizar tanto a preservação do património cultural, quanto o bem-estar social da sua comunidade. O reconhecimento dos residentes do Pelourinho enquanto detentores de património passa, invariavelmente, pela adaptação deste aos usos cotidianos da comunidade, garantindo não só a preservação de aspetos históricos, como também a funcionalidade no tempo presente. Por fim, entende-se que a aplicação deste outro modelo de cidade-arquivo-vivo poderia ter evitado ou reduzido os impactos sociais, culturais e económicos junto à comunidade, além de ter conseguido preservar o património cultural daquela área de uma maneira global, observando as suas dimensões tangível e intangível enquanto indissociáveis.

## 6. Conclusão

Partindo do pressuposto de que a noção de património deve ser contextualizada historicamente e está em constante revisão, este artigo apresentou dois modelos de intervenção patrimonial em centros históricos: cidade-arquivo e cidade-arquivo-vivo.

Na primeira parte, discorreu-se brevemente sobre o alargamento da noção de património desde o século XIX e a importância de algumas contribuições da Antropologia neste processo, particularmente aquelas oriundas do trabalho de Barbara Kirshenblatt-Gimblett (2004). A partir deste debate, compreendeu-se que cada um dos modelos de intervenção patrimonial propostos subscreve uma perceção distinta do património cultural. Enquanto o modelo cidade-arquivo adota uma abordagem conservacionista de intervenção, que distingue as dimensões tangível e intangível do património, privilegiando os seus aspetos materiais e históricos; o modelo cidade-arquivo-vivo pressupõe a perceção de fundo antropológico do património, que compreende aquelas dimensões enquanto indissociáveis, valorizando a utilização dos bens culturais por sua comunidade.

Na segunda parte, o artigo debruçou-se sobre o processo de recuperação e revitalização do centro histórico (Pelourinho) de Salvador, na Bahia, com a intenção de elucidar a aplicabilidade dos modelos de intervenção patrimonial propostos. Concluiu-se que foi empregue o modelo de intervenção cidade-arquivo no processo de recuperação do Pelourinho, no qual o poder público optou por favorecer a revitalização e manutenção do património edificado para a exploração comercial e turística, removendo os seus residentes do local de maneira autoritária e controversa. Depois, foram apontados alguns caminhos que poderiam ter sido seguidos na circunstância de ter sido adotado o modelo alternativo e antagónico de intervenção patrimonial: cidade-arquivo-vivo. Acredita-se que a ativação deste modelo poderia ter evitado o esvaziamento sociocultural verificado no centro histórico de Salvador resultado da remoção dos seus habitantes.

Por fim, sublinha-se que os modelos aqui apresentados serão uma contribuição para o debate envolvendo o tratamento do património cultural, nomeadamente aqueles localizados em centros históricos. Deste modo, esses não devem ser compreendidos enquanto modelos

acabados e incontestáveis, mas como ferramentas de análise crítica de experiências concretas de intervenção patrimonial.

#### NOTA

(1) Em 1931 realizou-se em Atenas a I Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, na qual resultou o documento citado. Existe ainda outro documento com o mesmo nome, resultante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em 1933.

#### BIBLIOGRAFIA

GONÇALVES, José Reginaldo – Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In **Revista Estudos Históricos**, Vol.1, no 2 (1988), p. 264-275.

DUARTE, Alice – O Desafio de não ficarmos pela preservação do Património cultural imaterial. In **Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, 2009, Porto: Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, 2010. 1 vol.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara – Intangible Heritage as Metacultural Production. In **Museum International**. Vol. 56, no 1-2 (2004), p. 221-222.

LEAL, João – O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspectiva histórica. In Costa, Paulo (coord.) **Museus e Património imaterial: agentes, fronteiras, identidades**. Lisboa: Softlimits, 2009.

SMITH, Laurajane – **The Uses of Heritage**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2006.

DE SOUZA, William Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia – O património como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. In **Em Questão**. Vol. 17, no 2 (2001), p. 237-251.

TORRICO, Juan Agudo – Patrimônios e discursos identitários. In PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (orgs.) **Patrimônios e Identidades: Ficções Contemporâneas**. Oeiras: Celta Editora, 2006.

ZANIRATO, Sílvia Helena – A restauração do Largo do Pelourinho: edificação tão bonita de se ver, histórias não tão bonitas de se contar. In **Dimensões**. Vol. 16 (2004), p. 323-344.

ZANIRATO, Sílvia Helena – Patrimônio para todos: Promoção e difusão do uso público do Patrimônio cultural na cidade histórica. In **Patrimônio e memória**. Vol. 2, no 2 (2006), p. 78-97.

ZANIRATO, Sílvia Helena – Usos sociais do Patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e memória**, Vol. 5, no 1 (2009), p. 137-152.

#### DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

ICOMOS – INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. [Em linha]. **Carta de Veneza**. (1964). [Consult. 25 Nov. 2018]. Disponível na [www:<URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf).

UNESCO - **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Em linha]. 2003. [Consult. 25 Nov. 2018] Disponível na [www:<URL: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf).